

O capitalismo rentista e a classe operária no processo bolivariano da Venezuela

CARLA FERREIRA¹

Uma das convicções mais comuns a respeito do processo bolivariano da Venezuela é a afirmação de que a classe operária, após os anos de reestruturação produtiva neoliberal e considerando o perfil da indústria venezuelana, petroleira de elevada composição orgânica, cumpre um papel irrelevante para o conjunto das lutas sociais impressas no país desde 1989, quando irrompe a explosão social do Caracazo. Porém, uma análise mais detida dos momentos decisivos e, sobretudo, dos impasses atuais que atravessam o processo de transformações inaugurado com a chegada à presidência da República de Hugo Chávez Frías, em 1998, nos conduz a uma convicção contrária. Vejamos, então, quais as condições históricas em que se constitui essa classe, sua situação e papel no conjunto das lutas sociais vigentes no país na última década para compreender inclusive as disjuntivas atuais do processo bolivariano da Venezuela.

Aspectos do padrão de reprodução do capitalismo dependente petroleiro-rentista

Em primeiro lugar, para analisar o papel da classe operária no processo bolivariano da Venezuela é fundamental atentarmos para a forma particular de dependência que caracteriza a economia deste país. O chamado capitalismo rentista (BATISTA, 2006) é, antes de tudo, uma economia de contrastes, de extremos que se opõem permanentemente. Por um lado, um pólo dinâmico, assentado sobre a indústria petroleira configurada como uma articulação do Estado rentista, transnacionais do petróleo e empresas de comércio de importação. Esse pólo dinâmico tem seu núcleo constitutivo na empresa petroleira de capital intensivo que exerce grande atração sobre o capital circulante disponível, dado sua muitíssimo mais alta lucratividade. Assim, apesar dos esforços estatais de boa ou má fé empenhados historicamente com os objetivos de diversificar a indústria ou produzir bens salário, estimulando, por exemplo, a produção agrícola, a própria lógica da acumulação do capital faz migrar o capital sempre para os setores mais lucrativos da economia, mediante uma atração irresistível e irracional, impossível de ser contrarrestada por políticas governamentais convencionais.

A consequência estrutural dessa hiper concentração de capital no setor petroleiro é a

¹ Doutoranda pelo PPGHIST-UFRGS.

atrofia dos demais setores industriais e agrícolas que não estejam vinculados diretamente ao negócio petrolífero. Esse pólo menos dinâmico, industrial e agrícola, representa o outro lado da moeda da economia petrolífera dependente, marcado pelo retrocesso inclusive do setor agrícola tradicional. Além disso, o comércio de importação, também encharcado pela lógica rentista e afetado por variações advindas de sua dependência do mercado externo e da variável disponibilidade de capital internamente ao país, assume um caráter eminentemente especulativo. Neste contexto, desenvolve-se um setor de serviços, sobretudo bancários e de comunicações, que dão suporte ao desenvolvimento principalmente desse pólo mais dinâmico da economia dependente venezuelana.

Esse *modus operandi* da economia vem acompanhada de um tipo de sociabilidade. Uma vez que o Estado é o proprietário da principal riqueza da nação e gestor do pólo mais dinâmico da economia nacional as relações entre Estado e setor privado são afetadas em uma escala significativa por práticas ilegais e criminais, tornando-se a corrupção um fenômeno estrutural que marcou a constituição dessas relações ao longo de todo o século XX. Além disso, o Estado é também empregador direto, e historicamente sua relação com as forças sociais foi marcada pelo clientelismo. Coronil, que estudou essa faceta do poder, fala em um tipo de sociabilidade delinquente, com falsificações criminais, violações de regras e extorsão que convertiam-se, nessa sociedade, em ostentação de poder. A corrupção como regra acabou produzindo uma percepção do petróleo como “excremento del diablo”. Como um tipo de produto tóxico que consumido excessivamente ameaçava a saúde da nação (CORONIL, 1997).

Apesar disso, a crença de que a renda petrolífera pode ser utilizada como uma alavanca para o desenvolvimento dos demais setores produtivos industriais e agrícolas é talvez, atualmente e há muito tempo, a única unanimidade nacional venezuelana. No entanto, desde o início, a atividade petrolífera demonstrou ser um paradoxo, ao promover o desencontro de uma abundância de recursos financeiros oriundos de investimentos externos com um mercado interno limitado e com pouca capacidade para assimilar esses repentinos e elevados níveis de investimentos. O resultado imediato disso foi a sobrevalorização da moeda venezuelana, o Bolívar, facilitando com isso as importações e dificultando as exportações de produtos que não fossem o petróleo, criando assim a base do círculo vicioso em torno do qual gira a dependência venezuelana. Frente à

sobrevalorização do Bolívar, a política de câmbios diferenciais (agora novamente aplicada pelo governo bolivariano) demonstrou não ser capaz de evitar o virtual desaparecimento das exportações de café e cacau, por exemplo, ao longo do século XX. Neste contexto, cabe apenas registrar aqui, que tampouco as políticas neoliberais do segundo governo Carlos Andrés Péres e Rafael e Caldera, que eliminaram subsídios, suprimiram regulações de preços, promoveram a liberdade de câmbio, o aumento do preço da gasolina e uma maior abertura externa, com assistência técnica do FMI, surtiram resultados favoráveis aos objetivos diversificadores da produção nacional venezuelana. Ao contrário, provocaram uma crise ainda mais profunda.

Assim, a dependência venezuelana possui um traço que a distingue em comparação às demais economias latino-americanas. Sua conformação histórica como capitalismo petroleiro-rentista produziu, lado a lado com a dependência tecnológica, a presença de uma aguda dependência na esfera alimentar. Esse fenômeno levou a Venezuela “à situação absurda na qual um país com abundante terra fértil importa 75% de seus alimentos” (RABY, 2006, p.234)². Essa característica nos traz forte evidência, no capitalismo venezuelano, do fenômeno do divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas.

O abandono da agricultura através de sucessivas décadas fez minguar rapidamente o número de trabalhadores em atividade no campo. Em 1950, 49,9% da população venezuelana vivia em cidades. Em 1970, este número passava a 71,6% e, em 2000, atingia a cifra de 86,9%. Este quadro demográfico de concentração urbana coloca a Venezuela apenas atrás do Uruguai, entre os países sul-americanos; e entre os 12 países com maior concentração urbana do planeta (EL TROUDI, 2010, p.205). O êxodo rural venezuelano apresenta uma particularidade com relação aos demais países dependentes. Enquanto na maioria destes a expulsão dos trabalhadores rurais do campo pela mão violenta do latifúndio esteve vinculada à criação de complexos agroexportadores sob controle de uma burguesia agrária subvencionada pelo Estado, na Venezuela ocorreu um duplo dismantelamento das forças produtivas do trabalho e do capital no campo. Tanto a agricultura campesina de subsistência e de abastecimento ao mercado interno chocou-se com sérios obstáculos para desenvolver-se, como a própria produção de médias e

²Conforme dados citados por El Troudi (2010, p.223), um dos eminentes partícipes do governo Chávez, o déficit de produção nacional de alimentos estaria hoje em 34,05%, enquanto o consumo coberto por produção nacional atingiria 65,95%.

grandes propriedades como as *haciendas* do complexo carne-leite localizadas nos *Llanos* e no Oriente (Estado Monagas) tampouco superou níveis de produtividade bastante baixos, considerando as necessidades do consumo do país. Segundo dados da Federación Ganadera Venezolana (FEGAVEN)³, a Venezuela importa 50% do leite e 30% da carne que consome. Para fazer frente a esse quadro de dependência alimentar, foi traçada a meta de reduzir a importação de ambos os produtos para, respectivamente, 30% e 10% para 2012 – e tendo como horizonte a busca do autoabastecimento nesses bens alimentares para 2015.

O processo de duplo abandono, do trabalho e do capital, no campo, causado pela lógica rentística do capitalismo petrolero trouxe um quadro de aguda insegurança alimentar:

Es necesario enfatizar que el fracaso agrícola en Venezuela resulta incomprendible al constatar que se cuenta con extraordinarios recursos naturales, incluyendo aproximadamente 58 millones de hectáreas aptas para la agricultura vegetal, forrajera y forestal; más de 50.000 m³ de agua dulce reciclable/persona/año y con las segundas reservas más altas de rocas fosfóricas en el continente. Se cuenta además con una inmensa riqueza petrolera y gasífera que generan enormes recursos financieros que deberían utilizarse para construir las infraestructuras que soporten el desarrollo agrícola y el desarrollo rural. Pero no ha ocurrido así, al contrario, se continúa privilegiando la importación masiva de todo género de automotores, bienes suntuarios y bebidas alcohólicas. La clase dominante ha abandonado la agricultura y el medio rural creando agudos problemas que han resultado en una acelerada migración campesina, contándose hoy en día con sólo el 8,8% de la población económicamente activa ocupada en la agricultura, el área cosechada por habitante de 2.600m² en 1950 se reduce a 740m² en la actualidad; el uso del riego, los fertilizantes, las semillas certificadas y los biocidas es marginal, y también lo es la atención que se presta a la investigación y la extensión agrícola (MONTILLA, 2005, p. 202).

Embora o autor careça de uma perspectiva ecológica como se exige com urgência, ao ressentir-se do atraso no uso intensivo de agrotóxicos (*biocidas*), sua análise, por outro lado, revela acertadamente o problema crônico do retrocesso das forças produtivas na agricultura venezuelana. O resultado de tanto subdesenvolvimento, inclusive na produção de bens primários, é o encarecimento dos produtos que formam a cesta básica (*canasta básica*) do povo venezuelano, produzindo restrições ao consumo entre os trabalhadores e mais pobres e o rebaixamento da capacidade aquisitiva dos salários.

Assim, o que importa reter aqui é essa particularidade da economia dependente venezuelana no que se refere à hipertrofia do setor petrolero intimamente relacionada

³Entrevista com o Presidente da FEGAVEN. Programa de rádio. Rádio ALBA Caracas. 16 de março de 2010.

com a atrofia dos demais setores produtivos. Tal padrão de reprodução do capital implica em uma dependência estrutural dos preços no mercado mundial. Por um lado, e em primeiro lugar, dos preços do petróleo, cuja oscilação repercute diretamente sobre os ingressos do Estado e sua capacidade de atuação seja como indutor econômico seja como ator econômico e social direto, mediante políticas públicas. Por outro lado, dependem dos preços de todos os demais produtos, sobretudo a cesta alimentar básica, a qual, por sua vez, incide diretamente sobre o preço da força de trabalho e portanto sobre os salários (que não conseguem acompanhar as oscilações dos preços dos alimentos no mercado mundial).

O fato é que a pura expansão dos investimentos e gastos Estatais, sob qualquer que seja a estratégia cambial (de valorização ou desvalorização da moeda), além de não resolver estruturalmente o paradoxo da economia dependente, ainda promove a alta dos juros pela maior pressão por liquidez que a demanda Estatal por dinheiro causa. Em geral, os investimentos públicos fazem aumentar as importações diretas do Estado (que não conta com insumos, matérias-primas, máquinas e equipamentos disponíveis para aquisição no mercado nacional), produzindo déficits na conta de capitais e problemas com as reservas monetárias internacionais. O resultado de todo o esforço, geralmente, consiste em um fortalecimento dos setores financeiros e bancários privados e do setor importador (no caso de uma política cambial apreciada) ou exportador (no caso de uma política cambial depreciada) independentemente do que se possa argumentar em defesa de uma ou outra estratégia cambial a fim de legitimá-la. Ou seja, fortalece os setores rentistas e na melhor das hipóteses, o setor produtivo exportador, permanecendo intacto o problema da produção para abastecimento do mercado interno.

Assim, como resultado desse quadro, persiste historicamente a dependência alimentar venezuelana e retrocedem as forças produtivas agrícolas e industriais, aprofundando também a dependência tecnológica. Entre os indícios dessa dependência, destacamos:

- 1) A manutenção ou aprofundamento do grau de dependência de importação de produtos das principais cadeias alimentares do venezuelano e da venezuelana, como laticínios, carne de frango, milho, arroz, açúcar, frutas, hortaliças, café, cacau, entre outras (SÁNCHEZ, 2005, Quadro p. 196);
- 2) A redução da produção nacional de alimentos *per capita* de diversos produtos desde 1948 até 2000 (raízes e tubérculos, cereais, leguminosas, frutas, entre outros), o

que fez da Venezuela uma das três regiões ou países do mundo em que se reduziu o consumo calórico entre 1970 e 1997, dado o colapso do setor agrícola venezuelano (MONTILLA, 2005, p. 199-200). Tal situação torna vulnerável qualquer política sustentada de promoção da segurança alimentar da população;

3) A persistência de indicadores de pobreza, apesar da imensa riqueza nacional venezuelana, seja se utilizamos o indicador de pobreza baseado nas Necessidades Básicas Insatisfeitas (calculado pelo INE com base em lares com crianças que não freqüentam a escola, com abastecimento crítico e residências inadequadas, sem serviços básicos e alta dependência econômica), seja se utilizamos o indicador unidimensional que confronta a renda familiar com o preço da cesta básica (BOND, 2005);

Além da análise da política macroeconômica, seus paradoxos e conseqüências sobre os setores produtivos, será preciso dimensionar outros fatores para configurar mais precisamente o padrão de reprodução do capitalismo petroleiro-rentista⁴. No âmbito deste artigo nos basta essa caracterização inicial da economia dependente petroleiro-rentista venezuelana para situar as condições em que se desenvolve a classe operária venezuelana. As condições da força de trabalho na Venezuela bolivariana compõem um dos fatores do estudo sobre o padrão de reprodução do capital petroleiro-rentista e consiste na contribuição deste para este projeto mais amplo de pesquisa.

Superexploração do trabalho e classe operária no processo bolivariano

O impacto do capitalismo dependente petroleiro-rentista sobre a constituição histórica da classe trabalhadora venezuelana gera algumas particularidades que merecem destaque. Em primeiro lugar, sobre o perfil da ocupação da força de trabalho (analisaremos aqui, considerando o alto grau de concentração urbana da população venezuelana, a ocupação da força de trabalho nas cidades). Em segundo lugar, sobre as formas de contratação desta mão-de-obra e o mercado de trabalho. Em terceiro lugar,

⁴ Antes disso, é necessário precisar o conceito de “Padrão de Reprodução do Capital”. Segundo Osório (2004), este conceito permite estudar a reprodução do capital no tempo e no espaço, interrogando de forma combinada o problema da produção e reprodução do valor e as formas materiais que este assume ao encarnar-se em determinados valores de uso (analisando aspectos qualitativos como o quê, como e para quem se produz). No caso venezuelano, portanto, se produz fundamentalmente petróleo, para consumo interno e exportação, sob a forma da captação da renda pelo Estado para sua aplicação em diversas políticas. A análise dessa trajetória, acreditamos, nos permitirá romper a segmentação usual nas análises econômicas e das ciências sociais e permite estabelecer mediações entre os níveis mais gerais de análise e os histórico-concretos.

sobre o índice real de remuneração do trabalho ou poder aquisitivo dos salários ao longo do tempo. Vejamos como estes três fatores se apresentam e articulam criando o ambiente no qual a força de trabalho se reproduz de uma determinada forma, buscando, na medida da disponibilidade de fontes mais ou menos confiáveis, analisá-los em uma perspectiva histórica que nos permita visualizar o processo bolivariano atual em relação aos últimos anos do século XX e, com isso, obter um referencial mais objetivo para a compreensão de seu caráter, conquistas e contradições.

No que se refere à classe operária venezuelana esta constitui um núcleo urbano concentrado em dois tipos de indústria. O primeiro e mais importante, o núcleo petrolífero da região do lago Maracaibo, estado Zulia, na costa caribenha, onde se localizam as atividades tradicionais de exploração e refino do petróleo e gás, seja pelo Estado, através da Petroleos de Venezuela (PDVSA), seja pelas transnacionais. Este núcleo tem ramificações com a região de Falcón, onde estão as maiores refinarias do mundo, no Complexo Refinador de Paraguaná, e a região de Puerto La Cruz (refinarias de Puerto Lacruz e El Palito), junto a Baía de Caraguao. Ramifica-se, também, mais ao sul, com as atividades de descoberta mais recente, situado às margens do caudaloso Rio Orinoco (2.140 km), que corta pela metade o território nacional desde a fronteira colombiana, em Puerto Ayacucho, até o oceano, no Delta Amacuto. A chamada “Faja del Orinoco” compreende uns 700 Km de comprimento e 53.720 Km² de extensão e conta com reservas primárias provadas (que se podem extrair comercialmente) de óleo pesado e extra pesado de um trilhão de barris, dos quais entre 3% e 10% apenas estão atualmente podendo ser explorados. É neste núcleo que se concentram e de onde se expandem as atividades de extração de petróleo e gás, refino (refinarias e petroquímicas), transporte (oleodutos, gasodutos, portos, navios tanque etc) e comercialização, tanto para o mercado interno quanto externo e que deve expandir-se pelas próximas décadas em um ambiente de escassez crescente do recurso petrolífero no mercado mundial, o que gerará uma tensão permanente sobre a força de trabalho empregada neste setor.

O segundo núcleo industrial importante se concentra na região de Guayana, no sudeste do país, e articula um conjunto de indústrias de exploração de recursos hídricos, florestais, de ferro, carvão, ouro, diamantes, bauxita, calcário, entre outros. Constituído a partir do ano de 1967 mediante políticas governamentais de fomento, nacionalizações

e estímulo ao setor privado, este núcleo tem como seu centro propulsor a Corporación Venezolana de Guayana, um conjunto descentralizado de empresas estatais que articula 15 empresas (entre elas, CVG Alcasa, Alunasa, Alucasa, Cabelum, Tecmin, Ferrocasa, Bauxilum, Conacal, Minerven, Carbonorca, Ferrominera, Venalum, Proforca, CVG Internacional, Fundeporte) e 18 mil funcionários. O núcleo industrial de Guayana concentra-se em atividades eletrointensivas de exportação e é considerado o núcleo endógeno industrial complementar ao petroleiro de maior importância para as estratégias de desenvolvimento diversificado da indústria nacional, ainda que submetido a prolongado sucateamento e dificuldades estruturais de sustentação e atração de capitais.

Os trabalhadores industriais empregados nestes dois núcleos são ou funcionários fixos (cerca de 45%) ou trabalhadores contratados ou temporários, com contratos precários (cerca de 19%), sejam eles empregados (públicos ou temporários) da PDVSA e CVG ou privados, das transnacionais⁵. Os operários e trabalhadores industriais desses dois núcleos compreendem a maior parte dos 30% da força de trabalho ocupada na indústria nas cidades, sendo que a participação da classe operária em relação aos demais trabalhadores apresenta tendência de ligeira baixa (de 31,8%, em 1981, para 30%, em 2008⁶) nos últimos 17 anos, ou seja, uma redução da classe operária urbana industrial em quase 2 pontos percentuais, sendo que, entre 1980 e 2010, verificamos, sintomaticamente, o crescimento de mais de 2% (de 6,0 para 8,6 pontos percentuais) na taxa de desemprego⁷.

Mas onde estão ocupados os demais 70% da força de trabalho do país? Segundo dados da Unidade de Estatísticas Sociais da CEPAL baseadas nas pesquisas à domicílio publicadas em novembro de 2010, cerca de 60% dos demais trabalhadores venezuelanos estão ocupados em atividades improdutivas (estado, comércio, serviços de

⁵ Segundo dados do censo de 2001 divulgados pela CEPAL, que utilizamos aproximadamente, entre o total da população ocupada, os empregados (podendo incluir aí todos os funcionários públicos, ampliando, portanto, para além do universo que nos interessa diretamente para esta análise) e operários contratados representam cerca de 12% da força de trabalho ocupada, enquanto que 6,82% são trabalhadores ocasionais.

⁶ Fonte: CEPAL – CEPALSTAT – Estadística e Indicadores Sociales, Empleo: Estructura de la población ocupada urbana total por grupos ocupacionales CIUO 1968/+ (porcentaje del total de la población ocupada urbana). Noviembre del 2010.

⁷ Fonte: CEPAL – CEPALSTAT – Estadística e Indicadores Sociales, Empleo: Tasa de desempleo (Tasa anual media). Diciembre del 2010.

comunicação e financeiros). E cerca de 10% são trabalhadores urbanos dedicados a atividades de baixa produtividade (trabalhadores por conta própria, pesca artesanal, agricultura de subsistência etc)⁸. Diante desses dados, é importante ressaltar o enorme peso que recai sobre os trabalhadores industriais, particularmente do setor petrolífero, que representam o núcleo do pólo dinâmico da economia nacional. É sobre os ombros desses trabalhadores que recai a responsabilidade por produzir a massa de mais-valia que sustenta quase todo o edifício da economia venezuelana. Mais-valia essa que em parte é apropriação pelo Estado sob a forma de renda petrolífera, e que ao ser redistribuída, alimenta praticamente todas as demais atividades de produção e consumo do país, ainda que não seja capaz de alterar a lógica da dependência e seus imperativos. Essa imensa massa de trabalhadores improdutivos, apesar de não contribuir para a criação do valor, participa de sua realização através do consumo. Porém, como já foi dito, este consumo se dá em grande parte mediado pelo Estado através da distribuição da renda petrolífera. É esse consumo mediado pela renda uma das características importantes do padrão de reprodução do capital na economia venezuelana. Um exemplo desse mecanismo pode ser verificado durante o governo Chávez, sobretudo a partir de 2003, através dos programas sociais, os quais se converteram em poderosos mecanismos de distribuição de renda — a qual apresentou uma redução entre mais ricos e mais pobres na razão de 4 pontos até 2008 (CEPAL, 2011). Porém, uma maior ou menor eficiência na distribuição da renda por parte do Estado, sobretudo em períodos de alta nos preços do petróleo, tem alcance reduzido, uma vez que não implica necessariamente em políticas que rompam com os vícios e determinações da economia dependente e do padrão petrolífero-rentista. Neste contexto, as políticas sociais, se por um lado, atendem a demandas inadiáveis por saúde, educação, regularização fundiária, almejadas e objeto de lutas sociais ao longo de décadas de mobilizações, por outro lado, não afetam em momento algum o controle sobre a produção e os paradoxos da sociedade petrolífera, com vista a um desenvolvimento mais equilibrado e capaz de liberar as forças produtivas da nação.

Em 2011, podemos afirmar que, apesar da maior distribuição da renda propiciada por estas políticas, o prolongamento desses programas sociais no tempo sem uma concomitante ação de enfrentamento eficiente dos paradoxos da estrutura produtiva do

⁸ Fonte: idem nota 6.

país e com a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e as relações hierárquicas de exploração do trabalho, transforma esses programas em meros mecanismos de funcionalização da pobreza e subordinação de uma imensa quantidade de trabalhadores em condições de vulnerabilidade social aos interesses políticos do governo. Reproduz, assim, de forma ampliada, o clientelismo já característico da sociabilidade petroleiro-rentista. Ainda que este não seja um mecanismo de violência direta, mas de dominação ideológica articulada com uma larga tradição clientelista do Estado rentista, seu resultado em última instância tem se revelado extremamente perverso, com o desenvolvimento do personalismo e uma crescente percepção da população mais pobre como receptora passiva e devedora leal ao governante e chefe carismático.

Ou seja, a abundância de recursos gerados pelo petróleo, mediante o mecanismo da renda e seus ilusionismos, permite a ampliação do consumo total (com uma taxa de -1,1 em 1998, passa a 13,2, em 2004 e 5,1, em 2008) mesmo com o crescimento do desemprego (+2%) e o encolhimento lento da força de trabalho empregada na indústria (por predominarem atividades de capital intensivo). Além disso, os índices elevados de inflação, que são pelo menos três vezes superiores à média dos demais países da América Latina, e o quadro de desmonte dos setores que produzem produtos de maior valor agregado na indústria⁹ apontam uma situação de aprofundamento dos problemas estruturais da dependência os quais são de difícil solução, mesmo nos padrões capitalistas normais, e sem dúvida tornam ainda mais tortuoso o caminho para o projeto socialista que se anuncia como objetivo explícito do processo bolivariano da Venezuela. O aprofundamento da dependência implica em uma queda nas condições de reprodução da força de trabalho e uma característica intrínseca das formações dependentes. Essa realidade se evidencia nos anos de governo Hugo Chávez não só pela manutenção e incremento da taxa de desemprego, mas pela incapacidade de reverter os índices de ocupação da força de trabalho em atividades precárias ou informais que são marcadas

⁹ Segundo o Índice de Laspeyres del Volumen de la Producción da Indústria Manufacturera Privada divulgado pela CEPAL, verifica-se uma queda na indústria de transformação, aquela que produz produtos de maior valor agregado, particularmente nos ramos de máquinas e equipamentos e materiais elétricos; ao passo que os setores que elevaram sua participação no volume da produção industrial são predominantemente da indústria extrativa, de baixo valor agregado, como mineração e madeira. Ainda que haja crescido bastante a indústria do papel e gráfica, este crescimento corresponde ao papel definido para a região na divisão internacional do trabalho. Ou seja, uma crescente especialização produtiva em setores de baixo valor agregado e um aprofundamento da dependência.

pela superexploração do trabalho, seja através da extensão das jornadas de trabalho seja pela desregulamentação e insubordinação às leis de proteção ao trabalho. Assim, em 2008, a Venezuela conta com um índice de 48,8% da população ocupada urbana nesta condição de informalidade, contra 39,1% do ano de 1990. Ou seja, mesmo com todos os programas e bolsas sociais, trabalho temporário em larga escala entre outras medidas de fomento às cooperativas, nacionalizações etc, o governo Chávez sequer alcançou o índice dos anos mais duros da era neoliberal venezuelana. Essa é uma das tragédias em que se converteu um projeto que se anuncia de transição ao socialismo sem conseguir livrar-se da armadilha rentista na condução de suas medidas políticas, sociais e econômicas.

Diante desse quadro de cooptação clientelar dos setores mais precários e da extrema vulnerabilidade da maior parte da população trabalhadora, é que emerge a transcendência do operariado petrolero para um projeto conseqüente de transição ao socialismo, em aliança com os demais trabalhadores e o povo. A importância relativa dos trabalhadores petroleros na economia e política venezuelana não pode ser medida por sua dimensão ou participação numérica nos eventos políticos do país, como querem fazer crer alguns analistas. Sua relevância deriva de sua posição na estrutura produtiva do país e seu comportamento político representa conseqüências de largo alcance em qualquer conjuntura. Ainda assim, será na subjetividade do comportamento dos trabalhadores que se expressará sua inclinação política e a presença ou não de um projeto de transformação estrutural.

O processo bolivariano é constituído de uma ampla aliança dos trabalhadores e do povo com setores militares reformistas e em seu seio atuam uma diversidade de organizações políticas mais ou menos radicais, marxistas ou não. Porém, a sociabilidade derivada do capitalismo rentista, marcada pelo clientelismo e corrupção, permeia a trajetória desses setores e provoca inúmeras distorções que crescem na medida em que os sujeitos políticos do processo são incorporados ao aparato estatal ou envolvem-se em atividades econômicas de caráter capitalista. Nasce do seu próprio meio os interesses antagônicos à mudança social, uma vez que a oposição política tradicional não conseguiu se recompor desde a derrota para as eleições presidenciais de 1998 até o presente momento, ainda que haja se recuperado um pouco desde 2006. Esses interesses contrários à mudança social tornam-se predominantes no interior da ampla aliança de

classes que engendra o movimento bolivariano sob a liderança de Hugo Chávez a partir do momento em que verificamos entraves quase intransponíveis a medidas estruturais necessárias ao aprofundamento de uma transição ao socialismo, tais como o controle operário e o planejamento de baixo para cima.

Um marco para essa inflexão, de um processo que, desde 1998, havia conquistado uma posição de mando governamental e impresso, a partir daí, uma série de medidas reformadoras (como legislações sociais, de maior apropriação e distribuição da renda petroleira, erradicação do analfabetismo, ampliação exponencial na prestação de serviços médicos de baixa complexidade etc), foi o ano de 2006. Neste ano, era preciso avançar sobre aspectos mais claramente transitórios, como o controle operário da produção, e com isso no enfrentamento das tradicionais práticas burocráticas e clientelistas, além da democratização dos mecanismos de participação social em assuntos estratégicos e não somente em temas ornamentais. Entram em pauta, também, temas como a construção das comunas, as quais teriam o papel de transferir poder do Estado sobre os territórios para quem neles vive e produz.

Foram estes os elementos da luta de classes a constituir o nó górdico que dividiu as águas de um regime progressivo, que prometia uma experiência inovadora e radical de transição para além do capital, para um regime no qual passaram a predominar elementos mais reacionários, ainda que convivendo em seu interior com uma diversidade de sujeitos comprometidos com a transformação social radical, seja entre os movimentos sociais urbanos, particularmente os moradores das favelas caraquenhas, ou entre o movimento sindical, em particular os setores articulados em torno da UNETE, Unión Nacional de Trabajadores, integrantes ou não de organizações políticas marxistas. Mas se 2006 foi o marco, desde meados de 2003 já se fazia sentir a reação anti-operária. O golpe de Estado de abril de 2002, revertido pelo conjunto do povo com apoio de um setor das forças armadas, foi seguido meses depois pelo lock out empresarial com paralização das atividades petroleiras. Neste segundo e mais duro ataque ao processo, com o povo sabotado em suas condições de sobrevivência, sem gás para cozinhar e combustível para manter as demais atividades do país, foi a posição privilegiada, a disciplina e a ação decisiva dos trabalhadores petroleiros que fez recuar o golpe econômico, garantindo a continuidade do processo bolivariano. Foi neste entroncamento da história que se verificou objetivamente o papel decisivo do operariado industrial

petroleiro na sustentação do projeto bolivariano. Porém, foi a partir daí, também, que, depois de livrar-se dos setores anti-chavistas no interior da estatal do petróleo, o governo constituiu uma nova burocracia (às vezes nem tão nova assim, ressuscitando antigos gerentes) em detrimento do controle dos trabalhadores sobre a indústria.

A vitória sobre a reação animou a classe operária venezuelana. Trabalhadores das empresas da Corporación Venezolana de Guayana lançaram-se na recuperação das empresas, então, sucateadas e entre as 15 empresas da CVG, Alcasa é o caso reportado como o mais bem sucedido de experiência em controle operário no interior do processo bolivariano. Inserido em um debate sobre o socialismo e a co-gestão revolucionária e em um esforço explícito de superação do paradigma socialdemocrata de co-gestão, o qual não aponta para uma mudança nas relações de produção e não se fundamenta no controle operário, a co-gestão revolucionária teria por objetivo criar mecanismos que, mediante políticas que subvertam a divisão social hierárquica do trabalho no interior da fábrica, desenvolveria um novo modelo de gestão.

A luta dos trabalhadores de Alcasa por romper com os segredos tecnológicos, pela abertura dos livros de contabilidade, organização das jornadas de trabalho, saneamento financeiro da empresa, recuperação da capacidade instalada da produção foi amplamente documentada pelo jornal *Cogestión*, editado pelo Ministério de Industrias Básicas y Minería, o qual recebeu uma publicação em brochura dos 1 ao 94 e cuja circulação inicial se deu no período de 23 de fevereiro a 25 de novembro de 2005. Simultaneamente, esses trabalhadores, em parte dirigidos por novas lideranças surgidas ao longo do processo, em parte pelo socialista e ex-guerrilheiro Carlos Lanz, então diretor de Alcasa, discutiam o desenvolvimento de um núcleo produtivo endógeno articulado em torno de Alcasa, com outras unidades produtivas, cooperativas ou empresas comunitárias, autogestionárias ou co-gestionadas com o Estado, que produziriam, distribuiriam e comercializariam sem fins de lucro, mas produzindo excedentes significativos destinados a fundos solidários. Esses fundos seriam compostos de um primeiro, de caráter social, destinado à sociedade em seu conjunto; um segundo, para cobrir gastos, amortizar dívidas e fazer novos investimentos; um terceiro para contingências e um quarto fundo para a seguridade integral dos membros da empresa. O objetivo era estabelecer a primazia do valor de uso sobre o valor de troca e apontar para a formação de redes produtivas capazes de superar as deformações e

insuficiências estruturais como a desproporção entre os setores econômicos (agricultura atrasada, indústria pouco diversificada, hipertrofia do comércio e serviços), a ocupação irracional do território, com a super concentração populacional nos centros urbanos, o burocratismo e a ineficiência das empresas básicas, em uma perspectiva de longo prazo. Mas, assim como o caso dos petroleiros, também os trabalhadores de Alcasa e outros mais, como aqueles que retomaram empresas abandonadas por seus patrões desde o lock out de 2003, cujo exemplo mais emblemático por sua combatividade talvez seja a dos trabalhadores de Sanitarios Maracay, todos eles, foram sistematicamente combatidos pela burocracia estatal. A tal ponto que um setor mais combativo do movimento sindical, organizados na Corrente Classista, Unitária, Revolucionária e Autônoma dos Trabalhadores, C-CURA, que abriga um dos líderes operários históricos mais emblemáticos do movimento sindical e político venezuelano, o ex trabalhador têxtil e petroleiro (demitido de PDVSA no processo de retomada burocrática em 2005), Orlando Chirino, decide que não é mais possível seguir lutando pelo socialismo e pelos direitos dos trabalhadores permanecendo no interior do diverso movimento bolivariano. Neste contexto, foi também emblemático o rompimento de importantes intelectuais de esquerda com o governo Chávez, com destaque para a historiadora especialista em movimentos sociais e internacionalmente reconhecida como uma das vozes mais conseqüentes na análise dos processos políticos e sociais de seu país, Margarita López Maya.

Assim, frente à ofensiva contra-revolucionária, que nos últimos anos foi inclusive avançando para uma crescente criminalização do protesto, é a classe operária industrial a que se mantém na linha de frente pela manutenção dos direitos conquistados. É certo que essa ofensiva também deve buscar suas causas determinantes no peso extraordinário do Estado como empregador direto, seja mediante empregos fixos ou temporários (bolsas de programas do governo, subcontratação de cooperativas ou empresas que superexploram os trabalhadores etc) e o crescimento rápido de uma burocracia e de um conjunto de empresários bolivarianos que fazem negócios milionários com o Estado, realidade que, articulada com o crescimento do desemprego e a manutenção dos mecanismos de exploração do trabalho, mantém todos os mecanismos e instrumentos de dominação intactos. Ainda assim, tais fatores estruturais não são suficientes para explicar a forma que toma esta contra-ofensiva. Neste aspecto, a liderança carismática

de Chávez, com seu discurso radicalizado ainda que com uma prática cada vez menos coerente com este, joga um papel fundamental na manutenção de uma divisão no interior dos trabalhadores, mantendo apartados a maioria do povo morador das favelas e trabalhadores precários, beneficiados ainda que de forma cada vez menos eficiente pelas políticas sociais compensatórias, dos trabalhadores industriais que travam uma dura batalha por direitos e liberdade sindical frente a uma crescente criminalização, com diversas prisões e declarações de ilegalidade de greves.

Neste contexto, as lutas sociais vem assumindo um caráter cada vez mais confrontativo, com greves de fome, concentrações, marchas e paralizações. O ponto mais alto dessa confrontação ocorreu recentemente com a condenação à prisão do líder sindical, Rubén González (há também casos de perseguição a lideranças indígenas, como a prisão de Sabino Romero, cacique da etnia yucpa cuja população ocupa territórios na Serra de Perrijá, onde se especula haver ricas reservas minerais). González, líder do sindicato Ferrominera e trabalhador da empresa de mineração estatal, Ferrominera del Orinoco, situado no complexo de Guayana, detido arbitrariamente por dezesseis meses e, em 1º de Março de 2011, condenado à sete anos de prisão por haver liderado uma greve de duas semanas, em 2009, e haver defendido em assembleia violar uma zona de segurança definida pelo Estado.

Como resposta a esta condenação e a dezenas de assassinatos de sindicalistas, líderes que organizaam trabalhadores das empresas Mitsubishi, Toyota, Coca-cola, heiz, Pielli, Garzon, Vidosa, Tencua, SM Pharma, Metro de Maracaibo, Azulejos Venezolanos, além da perseguição e atentados a diversos dirigentes de UNETE, como Marcela Máspero, declaradamente chavistas e, inclusive, integrante de um setor já bastante burocratizado do sindicalismo bolivariano, os trabalhadores venezuelanos lançaram um comunicado internacional e um chamado a diversas instituições do país intitulado “!Ni un muerto más de la clase obrera, unidad y movilización contra el capital!”, em 2 de março de 2011. No documento, citam os nomes de diversos trabalhadores assassinados ou perseguidos, demitidos, presos, baleados, além do assassinato de mais de 200 camponeses em conflitos pela implantação das reforma agrária impulsinada pelo governo e cujos assassinos nunca foram detidos e menos ainda condenados.

Além disso, a condenação de Rubén González, não sendo um caso isolado. produziu tal consternação entre as lideranças sindicais do campo bolivariano – uma vez que

González é um dirigente vinculado a C-CURA, setor independente do sindicalismo e autônomo em relação ao movimento sindical bolivariano articulado em torno de UNETE – que ofereceu uma oportunidade inédita para a unidade dos trabalhadores em torno à defesa do direito à greve. Um dia após a condenação de González, mobilizações em quase todas as principais cidades do país protagonizadas por trabalhadores industriais, em sua maioria, ameaçaram pela primeira vez desde a chegada ao poder do Presidente Hugo Chávez com a organização de uma greve geral nacional. Frente ao risco de paralização das atividades produtivas do país, o efeito foi imediato, e, em menos de 24 horas do início dessas movimentações, a sentença condenatória a Rubén González teve que ser anulada, marcando uma vitória pontual porém muito significativa do poder que detém os trabalhadores e seu papel estratégico no rumo do processo de transformações em curso na Venezuela.

Assim, nesta encruzilhada da história latino-americana, vemos cada vez mais explícito o peso que a estrutura produtiva dependente, com a hipertrofia da burocracia e da superexploração do trabalho, joga na consecução dos objetivos socialistas anunciados pelo processo bolivariano da Venezuela, convertendo-se em poderoso entrave encravado em todos os poros desta formação social. Vemos, também, de forma cristalina, depois de décadas de reestruturação produtiva e fragilização das organizações dos trabalhadores, ser reafirmado o papel estratégico da classe operária industrial na definição de um possível caminho socialista para esse processo. Os próximos anos, no entanto, nos farão ver o desenvolvimento dessas contradições, as quais serão, sem lugar a dúvidas, decisivas para o conjunto da luta de classe em nosso continente.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Asdrúbal. El relevo del Capitalismo Rentístico. Hacia un nuevo balance de poder. Fundación Empresas Polar. Caracas, 2006. BOND, Ricardo Villasmil. La superación de la pobreza. In: TAYLHARDT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo e MORALES, Agustín (Orgs.). Globalización, Integración económica y Seguridad Alimentaria. Universidade Central de Venezuela, Facultad de Agronomía de maracay y Fondo Editorial Tropykos. Caracas, 2005. CEPAL – Portal de Estatísticas da CEPAL na internet www.eclac.org, consultado em janeiro de fevereiro de 2011.

CORONIL, Fernando. O Estado Mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela. Nueva Sociedad y Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela. Caracas, 2002. (1a. Edição. The University of Chicago Press, Chicago, London, 1997).

EL TROUDI, Haiman. La Política Económica Bolivariana (PEB) y los dilemas de la transición socialista en Venezuela. Centro de Estudios Políticos Económicos y Sociales (CEPES) y Monte Ávila Editores. Caracas, 2010.

GUTIÉRREZ, Alejandro. Políticas macroeconómicas y sectoriales: impactos sobre el sistema agroalimentario nacional (1999-2003). *In*: TAYLHARDT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo e MORALES, Agustín (Orgs.). Globalización, Integración económica y Seguridad Alimentaria. Universidad Central de Venezuela, Facultad de Agronomía de maracay y Fondo Editorial Tropykos. Caracas, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. Dialectica de la Dependencia. Ediciones Era. Mexico, 1974.

MONTILLA, J.J. La inseguridad agroalimentaria en Venezuela. *In*: TAYLHARDT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo e MORALES, Agustín (Orgs.). Globalización, Integración económica y Seguridad Alimentaria. Universidad Central de Venezuela, Facultad de Agronomía de maracay y Fondo Editorial Tropykos. Caracas, 2005.

RABY, Daiana. Democracia y revolución: América latina y el socialismo hoy. Monte Ávila Editores. Caracas, 2008.

SÁNCHEZ, Miguel Ángel Arvelo. Empresas rurales, eslabón perdido? *In*: TAYLHARDT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo e MORALES, Agustín (Orgs.). Globalización, Integración económica y Seguridad Alimentaria. Universidad Central de Venezuela, Facultad de Agronomía de maracay y Fondo Editorial Tropykos. Caracas, 2005.